



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1004906-40.2018.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Contratos Bancários**
 Requerente: **Cooperativa Sicoob Unimais Centro Paulista**
 Requerido: **Ana Carolina Bellini**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **FLAVIA DE ALMEIDA MONTINGELLI ZANFERDINI**

Vistos,

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos e Demais Profissionais da Saúde da Região Centro Paulista – Sicoob Unimais Centro Paulista, devidamente qualificada nos autos, ajuizou ação de cobrança em face de Ana Carolina Bellini, também qualificada nos autos, aduzindo, em síntese, que a ré realizou contrato de adesão de produtos e serviços de pessoa física, utilizando a quantia de R\$ 2.545,11, sem o devido ressarcimento do crédito.

A autora, em manifestação à fl. 106, informou que a ré utilizou R\$ 754,53 relativo ao capital social que possuía perante a cooperativa para compensar o débito, requerendo a alteração do valor da causa pela importância remanescente de R\$ 1.790,58.

Citada, a ré não contestou o pedido (fl. 109).

É uma síntese do necessário.

Fundamento e decido.

A procedência do pedido é de rigor.

Citada, a ré deixou de contestar o pedido operando-se os efeitos da revelia.

Frente a essa situação, duas consequências emergem da lei processual. A primeira, o julgamento antecipado da lide, em conformidade com o artigo 355, inciso II, no NCPC. A outra, que se presumem verdadeiros os fatos arguidos na petição inicial, nos moldes do artigo 344, do mesmo Código.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

A proposta de adesão de produtos e serviços de pessoa física colacionada às fls. 48/53, devidamente assinada pelas partes, confirma as alegações deduzidas na inicial.

Assim sendo, de rigor a procedência do pedido, pois não há como exigir a produção de prova negativa, por parte da autora, de que não recebeu o pagamento da fatura vencida atrelada ao cartão de crédito objeto do contrato de fls. 49/49.

No que tange à alteração do valor da causa, informou a autora que a ré utilizou a quantia de R\$ 754,53 referente a suas cotas sociais para abater de seu saldo devedor, restando ainda, o valor de R\$ 1.790,58.

Desta forma, procedem integralmente os reclamos da autora.

Diante do exposto, julgo procedente o pedido de cobrança e condeno a ré ao pagamento da quantia de R\$ 1.790,58, valor a ser devidamente corrigido monetariamente e acrescido de juros de mora desde o vencimento da obrigação não adimplida.

Sucumbente, arcará a ré com o pagamento de custas, despesas processuais e honorários advocatícios que arbitro em R\$ 800,00, nos termos do artigo 85, §8º, do Novo Código de Processo Civil.

São Carlos, 19 de setembro de 2018.

Juiz(a) **FLAVIA DE ALMEIDA MONTINGELLI ZANFERDINI**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**